

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

E agora, Paulo Guedes?

A oposição pretende explorar o fato de se aprovar o estado de emergência nesses dias em que o ministro da Economia, Paulo Guedes, repete, dia e noite, que a economia melhorou a tendência é melhorar ainda mais — haja vista a queda do desemprego.

Ou uma coisa ou outra

Os opositoristas pretendem dizer que se estivesse tudo bem e o discurso de Guedes retratasse a vida das pessoas, o governo não precisaria defender estado de emergência.

Dois ministérios contratados

Se conseguir a reeleição, o presidente Jair Bolsonaro (PL) já colocou pelo menos dois novos ministérios na roda: o da Segurança Pública, que tem como nome mais cotado o do ex-deputado Alberto Fraga (União-DF), e o da Indústria e Comércio, que será ocupado por uma indicação das entidades empresariais.

Investiga e segue em frente

A intenção da futura presidente da Caixa, Daniella Marques, que toma posse na terça-feira, é dar uma resposta rápida aos casos de assédio e tocar o barco. Ela não pretende deixar que sua gestão seja tragada por esse tema.



Há apenas poucas semanas, o Senado descobriu que famílias passam fome e que esperam na fila de benefícios?"

Do senador José Serra (PSDB), em suas redes sociais, único voto contra a PEC das bondades

Empata o jogo aí

O grande placar de 72 votos para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que aumenta o Auxílio Brasil e cria outros benefícios, a menos de 100 dias da eleição, foi para não deixar o governo com o discurso de que a oposição foi contra dar um alívio aos brasileiros mais pobres. Afinal, o governo, no fim do dia, já tinha conseguido os 49 votos para aprovar a PEC. Os partidos de esquerda ficaram sozinhos, com a pecha de que

não ajudaram os que mais necessitam.

A corrida dos senadores, com quebra de interstícios e votações a toque de caixa, é para cumprir o “Cenário Disney”. Ou seja, aprovar tudo até 13 de julho na Câmara dos Deputados. Com a retirada do dispositivo que dava um “cheque em branco” para o governo fazer outras concessões fora da PEC, até o PT na Câmara já avisou que votará favoravelmente.



CURTIDAS

Waldemir Barreto/Agência Senado



Ganhou um voto e um ministro/ O senador Jorge Kajuru (Podemos-GO) declarou voto em favor da senadora Simone Tebet (foto), do MDB-MS, para a Presidência da República. E foi logo indicando o senador Jean Paul Prates (PT-RN) para presidir a Petrobras.

Os movimentos pós-Datena/ Com a saída de José Luiz Datena da disputa para o Senado, falta apenas o PSD definir seu caminho para que Márcio França, do PSB, decida se continua na corrida para o governo estadual ou segue para a aliança com Fernando Haddad (PT).

Ele insiste/ Em suas redes sociais, França divulgou um vídeo dizendo que, há meses, “dizem” que ele não será candidato, mas continua em segundo lugar nas pesquisas. “Esse Márcio França...”, completa ele.

Os cálculos do PSB paulista/ A pressão para que França desista da disputa nunca foi tão forte. Porém, ele tem dito que a maior parte de seus eleitores não apoiará Haddad. A maioria ficará entre o atual governador, Rodrigo Garcia (PSDB), e Tarcísio de Freitas (Republicanos).

PODER

Sigilo no inquérito do MEC

Ministra Cármen Lúcia tomou a decisão por conta do possível envolvimento de Bolsonaro, que tem foro privilegiado de investigação

» LUANA PATRIOLINO

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), decretou, ontem, sigilo no inquérito que apura o envolvimento do ex-ministro Milton Ribeiro e pastores no suposto esquema de corrupção e tráfico de influência para liberação de verbas do Ministério da Educação. Na mesma investigação é citado o nome do presidente Jair Bolsonaro (PL), que teria interferido no trabalho da Polícia Federal no episódio da prisão do ex-número 1 do MEC.

Por conta do foro privilegiado do chefe do Poder Executivo, o STF terá que analisar se a investigação deve seguir na Corte ou se voltará à primeira instância. Cármen é a relatora da ação.

Inicialmente, um áudio divulgado pela imprensa envolveu o presidente. Foi quando quando Ribeiro afirmou que o MEC atuava para beneficiar os “amigos do pastor Gilmar (Santos, um dos integrantes do gabinete paralelo que cobrava propina e trafica influência)” e que as portas da pasta estavam abertas ao balcão de negócios por determinação de Bolsonaro. À época, de acordo com a Procuradoria-Geral da República (PGR), a “mera citação de autoridade” não seria suficiente para uma investigação.

Porém, uma segunda gravação de Ribeiro cita o presidente e lança suspeita sobre sua eventual atuação para prejudicar a investigação do ex-ministro pela Polícia Federal (PF). Assim, o caso voltou ao Supremo por decisão do juiz Renato Borelli, da 15ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal.

Ele atendeu a um pedido do Ministério Público Federal (MPF), que apontou indícios de atos ilícitos por Bolsonaro. Os autos enviados pelo magistrado

chegaram ao STF na última quarta-feira e, na sequência, o inquérito foi colocado sob sigilo.

O Supremo ainda remeteu o caso para a PGR, que poderá pedir a abertura de inquérito contra o presidente. No total, a Procuradoria tem quatro pedidos para se pronunciar a respeito das supostas interferências de Bolsonaro na operação que resultou na prisão do ex-ministro.

A notícia-crime mais recente foi apresentada ao Supremo por sete senadores da oposição. Os outros requerimentos são do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), do deputado Israel Batista (PSB-DF) e do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) — este último enviado à PGR pelo ministro Alexandre de Moraes.

Intromissão

A investigação sobre a eventual interferência do presidente se deve à afirmação de Ribeiro que dá a entender de que fora alertado por ele de que seria preso pela PF. No áudio, o ex-ministro relata à filha sobre um “presentimento” de Bolsonaro de que seria alvo da corporação.

Pesa para a suspeita de intromissão do presidente a afirmação do delegado federal Bruno Calandrini, que comandou a operação contra Ribeiro. Segundo ele, a PF teria dado tratamento diferenciado ao ex-ministro por não ter sido levado de Santos (SP), onde foi preso, para Brasília devido a uma decisão superior.

O ex-ministro vem sendo acusado de convivência com o gabinete paralelo no MEC, integrado pelos pastores Gilmar Santos e Arlton Moura. Os dois cobravam propina de prefeituras para intermediarem a liberação de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Rosinei Coutinho/SCO/STF



4

PEDIDOS

estão sob avaliação da Procuradoria-Geral da República, para que se pronuncie a respeito da suposta intervenção de Bolsonaro no episódio de prisão de Milton Ribeiro

Cármen tomou a precaução devida à inclusão do presidente nas investigações. Gravações de Ribeiro o citam

Liberdade de expressão piora no Brasil

O Brasil registrou a terceira maior queda na última década em um ranking que mede a liberdade de expressão em 161 países. O país perdeu 38 pontos de 2011 a 2021, em uma escala que vai de zero a 100, e passou a ocupar a 89ª posição no levantamento realizado anualmente, divulgado ontem pela ONG Artigo 19 — cuja sede é em Londres e defende o acesso à informação.

A queda dos níveis de liberdade de expressão brasileiros é menor apenas que a de Hong Kong, que perdeu 58 pontos nos últimos 10 anos em meio ao aumento de restrições da China, e a do Afeganistão, sob comando do Talibã desde agosto do ano passado, com 40 pontos. No topo

da lista estão Dinamarca, Suíça e Suécia, enquanto Nicarágua, Arábia Saudita e Guiné Equatorial apresentam os piores desempenhos do ranking.

O levantamento mostra que apenas 15% das pessoas em todo o mundo vivem em países considerados “abertos”, o melhor nível da escala — status que contemplava o Brasil até 2015. Agora o país se encontra na categoria cuja liberdade de expressão é considerada “restrita”, a terceira pior de cinco níveis.

O declínio levou o Brasil a perder 58 posições desde 2015, mas foi em 2019 que a curva negativa mais se acentuou. O primeiro ano do governo Jair Bolsonaro (PL) coincide com a maior queda

observada na série histórica dos indicadores brasileiros. Entram no cálculo o nível de liberdade de expressão acadêmica, artística e religiosa além da transparência governamental e o controle de redes sociais.

Ataques

Segundo o relatório, os responsáveis diretos pelo desempenho brasileiro são os ataques a jornalistas e outros membros da imprensa que se tornaram “alarmantemente comuns” a partir de 2019. Em 2021, foram 430 agressões registradas, o maior número desde a década de 1990. “O aumento das violações da liberdade de imprensa

no Brasil tem mostrado claras correlações tanto com pontuações e o número de ataques, que subiu mais de 50% no ano de eleição de Bolsonaro”, aponta o documento.

A queda de braço entre o presidente e o Judiciário também é tomada pela Artigo 19 como um ponto crítico no caso brasileiro, que pode, inclusive, trazer instabilidade ao processo eleitoral.

O documento mostra que a erosão da liberdade de expressão no Brasil se compara à que levou à invasão do Capitólio, nos Estados Unidos, em 6 de janeiro de 2021, quando apoiadores do ex-presidente Donald Trump não aceitaram o resultado das eleições no país.